



Ao lado de Delcídio Amaral, César Borges e Flexa Ribeiro, Rodolpho Tourinho (E) defende seu projeto na reunião da Infra-Estrutura

Comissão aprova normas para mercado de gás

Projeto de Rodolpho Tourinho, a Lei do Gás foi aprovada, por unanimidade e em turno suplementar, pela Comissão de Serviços de Infra-Estru-

ra. A proposta, que estabelece marco regulatório para o mercado de gás natural, pode ser enviada diretamente ao exame da Câmara. **Página 7**

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XII – Nº 2.522 – Brasília, sexta-feira, 22 de dezembro de 2006



Marco Maciel (E) conversa com José Agripino, ao lado de Romeu Tuma e Heloísa Helena

Empréstimos beneficiam Piauí e hospitais públicos

O Senado aprovou ontem autorização para o governo federal contratar empréstimo de US\$ 3 milhões destinado à aquisição de equi-

pamentos hospitalares para diagnóstico e tratamento do câncer. Autorizou também empréstimo de US\$ 22 milhões ao Piauí. **Página 3**

Senadores se despedem

Colegas elogiam atuação de Maguito, Motta, Tourinho, Aelton e Mestrinho. **Páginas 4 e 5**

Alvaro defende reforma do Legislativo

É necessário rever o conceito de representação parlamentar, adverte Alvaro Dias. **Página 5**

“Dever foi cumprido nesta legislatura”, afirma Renan

Presidente do Senado comemora aprovação de mais de 2.600 matérias em dois anos. Ao fazer balanço das atividades, Renan Calheiros agradece a servidores e parlamentares. **Página 2**

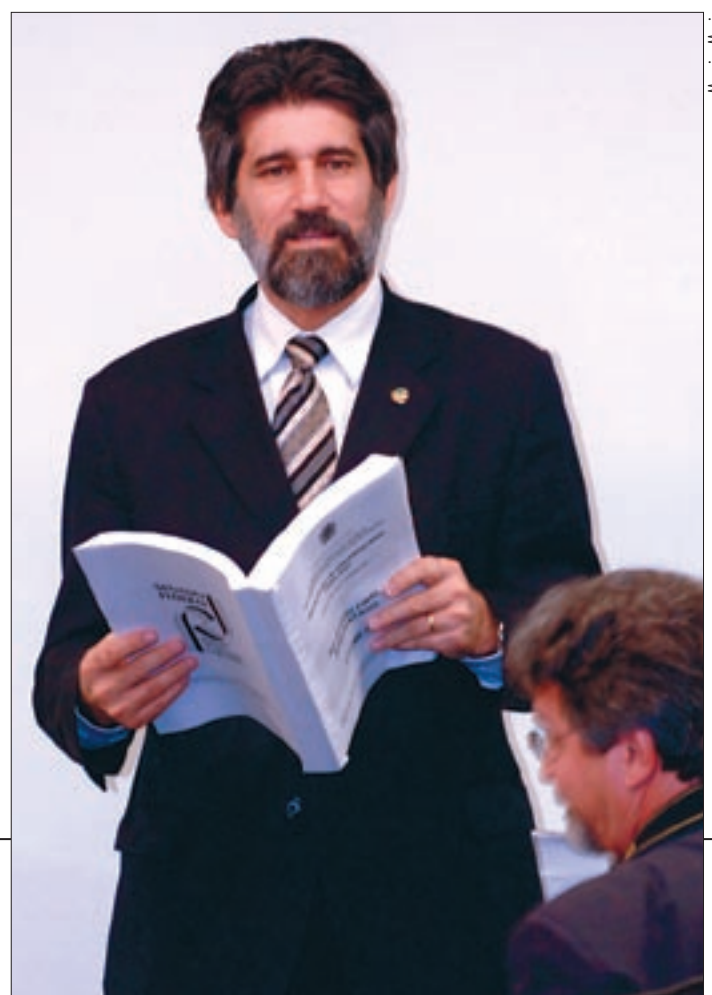


Renan Calheiros: “Votamos tudo o que tínhamos para votar”

Congresso vota hoje o Orçamento

Projeto orçamentário da União para o ano que vem deve ser aprovado na sessão que começa às 9h, segundo acordo entre os partidos

O texto básico do relatório foi aprovado ontem à tarde pela Comissão Mista de Orçamento. No final da noite, os parlamentares concluíram a votação das emendas. “Estamos conseguindo cumprir integralmente o cronograma traçado”, afirmou o relator-geral, Valdir Raupp, contando com a aprovação do Orçamento pelo Congresso na sessão de hoje. O texto acolhido confirmou a inclusão do salário mínimo de R\$ 380 e a correção de 4,5% na tabela do IRPF. **Página 6**



Senador Valdir Raupp: Orçamento global da União para 2007 atinge R\$ 1,58 trilhão



Paim analisa os trabalhos dos parlamentares nesta legislatura

O senador Paulo Paim (PT-RS) fez breve balanço dos trabalhos legislativos do Senado nesta legislatura (52ª, de 2003 a 2007) e, em especial, do seu próprio desempenho como parlamentar.

Entre as propostas de sua autoria aprovadas no período, Paim destacou as que deram origem aos estatutos do Idoso, da Igualdade Racial e da Pessoa com Deficiência. Também foi relator da Comissão Especial Mista do Salário Mínimo.

– No Senado, apresentamos mais de 250 proposições, mais de cem propostas de emendas a outros projetos, e realizamos 48 audiências públicas – lembrou.



Jane Araújo

Paim destaca estatutos do Idoso, da Igualdade e da Pessoa com Deficiência

Paulo Paim também leu da tribuna um poema de sua autoria, impresso nos 70 mil cartões de Natal que está distribuindo este ano.

Exame de matérias como criação do Fundeb, estímulo às microempresas, recriação da Sudene e combate à violência doméstica é apontado como conquista importante

“Votamos tudo e cumprimos nosso dever”, afirma Renan

Ontem, o presidente do Senado, Renan Calheiros, fez um balanço das atividades da Casa em 2006. Ele agradeceu o apoio dos servidores e de todos os senadores, em especial dos líderes partidários, durante os dois últimos anos. Renan comemorou o grande número de matérias aprovadas em 2005 e 2006 (mais de

Gerardo Magela



Renan diz que amplo diálogo apoiou interesses da população

2.600) e destacou a produtividade do Senado, que pela primeira vez em 16 anos votou mais matérias originadas no Legislativo do que no Executivo e no Judiciário.

– Votamos tudo, absolutamente tudo que tínhamos para votar. Matérias da maior importância para o país, como o Fundeb [Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação], a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, a recriação da Sudene [Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste], a mudança nos ritos do Orçamento, a lei de combate à violência doméstica, a reforma infraconstitucional do Judiciário. O dever foi cumprido durante esta legislatura – relatou.

Além disso, o presidente do Senado citou as aprovações do marco regulatório do saneamento básico e da Lei de Incentivo ao Esporte, e a construção, em parceria com as centrais sindicais e o Poder Execu-

tivo, de uma política permanente de valorização do salário mínimo, o que permitiu aumento real de 5,4% no seu valor para 2007. Renan também lembrou as seis CPIs que funcionaram durante o biênio, e citou a criação do programa Siga Brasil pela Secretaria Especial de Informática do Senado (Prodasen), sistema que permite acesso pela internet a dados sobre planos e orçamentos públicos federais, contribuindo para que o cidadão possa fiscalizar os gastos públicos.

– A harmonia, o equilíbrio e a independência entre os três poderes foram assegurados, graças ao diálogo e à maturidade política de seus integrantes. A sintonia com os interesses da população foi garantida através de amplo diálogo institucional. Líderes empresariais, centrais sindicais, organizações não-governamentais, governadores, prefeitos, vereadores, artistas, atletas, todos tiveram canal permanente

de comunicação com a Casa – afirmou.

Medidas provisórias

A mudança no rito de tramitação das medidas provisórias (MPs), aprovada em fevereiro passado, disse Renan, promete resgatar a soberania do Parlamento, ferida pela edição abusiva de MPs não apenas pelo atual governo, como pelos governos anteriores. Dessa forma,

segundo ele, o Parlamento também recupera sua plena função constitucional ao fiscalizar de perto o exercício das políticas públicas. Entre os projetos, destacou o pacote de emergência contra o crime organizado.

Renan falou sobre a inauguração do canal aberto da TV Senado em Salvador e anunciou que a emissora funcionará em canal aberto em outras 12 capitais em 2007. “Hoje, mais que um simples veículo de informação, a TV Senado é instrumento de cidadania, de fiscalização do Legislativo por parte da população brasileira.”

O presidente do Senado registrou, ainda, a redução do recesso parlamentar e a proibição do pagamento nas convocações extraordinárias como exemplos de que o Congresso é uma “caixa de ressonância da sociedade”. Ele lembrou que a política de racionalização de gastos, somente no item custeio, obteve economia de R\$ 50 milhões em 2006.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Congresso vota o Orçamento para 2007

O Plenário do Congresso Nacional se reúne hoje, a partir das 9h, a fim de votar o Orçamento da União para 2007. Para chegar à última instância de deliberação – o Plenário –, a proposta orçamentária percorreu um longo caminho na Comissão Mista de Orçamento (CMO), que somente às 22h40 concluiu o exame de destaques ao texto básico, apresentado pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO).

Sessão não-deliberativa no Senado

A sessão, marcada para as 9h de hoje, é não-deliberativa, sem votações de projetos. Estão previstos discursos de senadores, avisos da Mesa diretora e das lideranças, entre outros. Na próxima semana, ocorre o recesso parlamentar e, de acordo com a Constituição, os trabalhos do Senado só serão retomados em fevereiro, na abertura da nova legislatura.

Os inimigos da mata

O programa *Repórter Senado* percorreu áreas de Mata Atlântica para mostrar os prováveis inimigos de sua preservação. O documentário *Para sempre Mata Atlântica* vai ao ar pela TV Senado hoje às 22h45, com reprises amanhã e domingo.

Visite o Senado

A Secretaria de Relações Públicas do Senado oferece visitas guiadas por toda a Casa. Os passeios começam no Salão Negro e incluem o Plenário. Maiores informações podem ser obtidas pelo telefone (61) 3311-3388.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papató Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151
 O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 2º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, João Alberto Souza, Mão Santa, Magno Malta, Romeu Tuma, Edison Lobão e Luiz Otávio



Autor do texto, Camata quer aproveitar eleições para fazer a consulta popular

CCJ aprova projeto de plebiscito a ser realizado pelo TSE

Além do que foi noticiado ontem pelo **Jornal do Senado**, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) poderá realizar plebiscito também sobre a legalização do aborto, a união civil entre pessoas do mesmo sexo, o fim do serviço militar obrigatório e a redução da maioridade penal. Na matéria divulgada ontem, constava a aprovação de consulta popular apenas sobre a adoção do financiamento público de campanhas, o fim do voto eleitoral obrigatório e a reeleição dos chefes do Poder Executivo.

O plebiscito, que poderá ocorrer durante as eleições municipais ou em data que o TSE achar mais conveniente, consta de substitutivo ao PDS 1.494/04, de Gerson Camata (PMDB-ES), aprovado na quarta-feira pelos senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Efraim Morais presta homenagem ao sanfoneiro Sivuca

Efraim Morais (PFL-PB) homenageou ontem o sanfoneiro Severino Dias de Oliveira, o Sivuca, falecido na semana passada. O senador elogiou o artista paraibano, exaltando o legado que deixou para a história.

– Sivuca foi pródigo no enriquecimento do cancioneiro popular brasileiro. O menino que aos nove anos já se apresentava em feiras e festas populares terminou a vida como sempre quis – registrou o parlamentar.



Efraim elogia contribuição de Sivuca ao "enriquecimento do cancioneiro popular"

Votações em Plenário asseguram créditos que beneficiam hospitais, agências reguladoras e projetos de combate à pobreza

Tratamento de câncer em 50 hospitais terá recurso externo

O Senado aprovou mensagem da Presidência da República (MSF 244/06) que autoriza o governo a contratar empréstimo junto ao DF Deutsche Forfait S.R.O., no valor de US\$ 3,074 milhões, para aquisição de equipamentos hospitalares destinados ao tratamento de câncer e à realização de diagnósticos por imagem e por endoscopia. A compra tem como objetivo dotar de infra-estrutura de alta tecnologia 50 unidades hospitalares no país.

Segundo o relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Osmar Dias (PDT-PR), os recursos para a compra dos equipamentos serão fornecidos pela empresa

MDS Nordion Inc., no âmbito do Programa de Modernização Gerencial e Reequipamento da Rede Hospitalar. Ele acrescentou que a aquisição reduzirá as despesas com internação em R\$ 28,4 milhões.

A matéria foi votada em Plenário a pedido dos senadores Romero Jucá (PMDB-RR), Romeu Tuma (PFL-SP) e Aloizio Mercadante (PT-SP), que alertaram para a importância de melhorar a infra-estrutura dos hospitais públicos brasileiros. Segundo Mercadante, se o Senado não autorizasse a contratação do empréstimo até o final dessa legislatura, a proposição seria arquivada, inviabilizando a aquisição dos

equipamentos.

Durante a discussão da matéria, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) registrou que as informações fornecidas por Mercadante e Jucá foram suficientes para ele concordar com a apreciação do pedido de empréstimo.

– O governo, ao enviar essa mensagem, poderia ter sido mais claro, mais sintético, e até mesmo ter anexado um avulso detalhando a matéria para os parlamentares. Espero que, além de curar o câncer de algumas pessoas, esses equipamentos também curem o câncer da corrupção, que, infelizmente, durante este ano fez morada no Ministério da Saúde – ironizou Heráclito.



Jucá (D) faz a defesa do texto, acolhido por Tuma, Suplicy, Heráclito, Alberto Silva, Mão Santa e demais senadores presentes em Plenário

Empréstimo reforça combate à pobreza no Piauí

A contratação de crédito externo entre o governo do estado do Piauí e o Banco Mundial (Bird), no valor de US\$ 22,5 milhões, foi autorizada ontem pelos senadores, em Plenário. O Projeto de Resolução 60/06 determina a destinação dos recursos ao financiamento do Projeto de Combate à Pobreza Rural (PCPR) no estado. A proposição vai à promulgação.

A matéria deveria ter sido analisada previamente na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), mas, com a necessidade de aprovação urgente e a proximidade do fim do ano legislativo, foi encaminhada diretamente para exame no Plenário, onde foi aprovada por unanimidade.

O empréstimo financiará a se-

gunda fase do PCPR. Serão beneficiadas cerca de 180 mil pessoas carentes no meio rural, mediante a execução de aproximadamente 1.200 pequenos projetos produtivos e de infra-estrutura socioeconômica básica.

– O PCPR é a oportunidade de o cidadão ter sua casa de farinha, pavimentar uma pequena estrada, ter a recuperação de sua residência. É a tentativa de tornar menos cruel a desigualdade entre os homens. E quero ressaltar ter sido no governo do senador Alberto Silva [PMDB-PI] que se deram os primeiros passos para a execução do programa – ressaltou o senador Heráclito Fortes (PFL-PI).

O prazo de desembolso do empréstimo é de até quatro anos e a autorização será feita em até 540

dias a contar da data de vigência, ou seja, 1º de janeiro de 2007. A amortização será feita em 24 parcelas semestrais e consecutivas, vencíveis em março e em setembro de cada ano, iniciando em 15 de setembro de 2011 e terminando em 15 de março de 2023.

Alberto Silva destacou o entendimento que permitiu a votação da matéria, comandado pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB) – que trouxe dados enviados pelo governador do estado, Wellington Dias –, e agradeceu a todos que se empenharam na aprovação do empréstimo.

– Eu ainda acho que é muito pouco para o Piauí, para o Nordeste – argumentou o senador Mão Santa (PMDB-PI).

Plenário autoriza crédito para agências reguladoras

A Mensagem 247/06, que autoriza a União a contratar crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de até US\$ 3,8 milhões, para o financiamento parcial do Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para a Gestão em Regulação, foi acolhida ontem em Plenário. O relator da matéria, senador Romero Jucá (PMDB-RR), explicou que o dinheiro destina-se ao fortalecimento das agências reguladoras.

Heráclito Fortes (PFL-PI) opinou que o país sofre pela falta da definição de regras claras para o funcionamento das agências reguladoras e que essa insegurança jurídica tem afugentado a entrada de capital externo no país. Segundo disse, o governo federal tem indicado pessoas desqualificadas para cargos importantes nas agências.

– Vimos cidadãos saírem das agências para disputar mandatos eletivos em seus estados. Alguns até envolvidos com os sanguessugas – observou Heráclito.

Adiada votação de pedido de verbas para obra em rodovias

Por falta de consenso, não foi votada na sessão plenária de ontem a mensagem da Presidência da República solicitando autorização do Senado para a contratação de operação de crédito externo, no valor de US\$ 501,25 milhões, que seriam destinados ao Programa de Redução dos Custos Logísticos.

Os recursos, a serem obtidos no Banco Mundial, destinam-se à conservação das estradas e rodovias brasileiras, segundo afirmou o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR).

O senador tentou, em Plenário, promover a votação da matéria, que recebeu parecer favorável do relator, senador Valdir Raupp (PMDB-RO). No entanto, Heráclito Fortes (PFL-PI) alegou não conhecer o teor da mensagem e defendeu seu exame pelas comissões técnicas da Casa.

Jucá ressaltou a importância do programa para a estruturação das rodovias, mas, sem consenso, o presidente do Senado, Renan Calheiros, encerrou a discussão sobre o empréstimo.

No encerramento de seus mandatos, Tourinho, Maguito, Mestrinho e Motta recebem elogios dos colegas por sua atuação no Senado

Jucá lamenta saída de senadores “comprometidos com o Brasil”

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), registrou ontem que o Senado, ao término da atual legislatura, está sofrendo a perda de parlamentares “comprometidos com o Brasil, independentemente de sua posição partidária”. Ele referiu-se especialmente aos senadores Rodolpho Tourinho (PFL-BA), Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), Aelton Freitas (PL-MG) e Luiz Otávio (PMDB-PA).

Aproveitou a ocasião para agradecer ao presidente da Casa, Renan Calheiros, por seu equilíbrio no comando dos trabalhos do Senado durante o período eleitoral, e aos líderes da base e de oposição, por terem agido, segundo ele, democraticamente, mesmo quando discordavam.

– Conseguimos avançar. Votamos todas as matérias importan-



Jucá elogiou atuação de Tourinho, Mestrinho, Aelton e Luiz Otávio

tes, não há nada pendente para o país cobrar – avaliou o líder.

Referindo-se ao senador Tourinho, Jucá destacou seu espírito público e a importância do parlamentar na relatoria de matérias de fundamental importância para o Brasil.

Outro que mereceu conside-

rações elogiosas de Jucá foi o colega de partido Gilberto Mestrinho, especialmente por suas contribuições ao PMDB.

– Por sua experiência, seu nível de aconselhamento presidindo várias vezes a Comissão de Orçamento – salientou.

Jucá elogiou a coragem de Aelton Freitas e disse acreditar que ele continuará trabalhando pelo Brasil na Câmara dos Deputados.

O parlamentar enalteceu o trabalho do amigo Luiz Otávio à frente da Comissão de Assuntos Econômicos e garantiu que ainda enfrentarão juntos novos desafios.

Ao final de seu discurso, agradeceu a colaboração do secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro Silva, da liderança e dos servidores do Senado.

Tourinho recebe elogios dos colegas e agradece aprovação da Lei do Gás

O discurso do líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), elogiando a atuação do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), suscitou ontem uma série de apertes em homenagem ao parlamentar pela Bahia, que se despede do Senado. Tourinho agradeceu a oportunidade de encerrar seu mandato com a aprovação, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), de seu mais acalentado projeto: a regulamentação do setor de gás natural, a chamada Lei do Gás.

Os senadores ressaltaram a competência de Tourinho diante de diversas relatorias que assumiu e seu conhecimento técnico, especialmente nas áreas de infraestrutura e energia.

– Nunca pensei só no meu esta-

do. Eu pensava sobretudo no país. Por isso, conseguimos construir, com certeza, muita coisa – disse Tourinho.

O presidente Renan Calheiros afirmou que o senador baiano teve atuação destacada e ajudou a resolver impasses em questões que vinham se prolongando por muitos anos na Casa. Já o senador Marco Maciel (PFL-PE) observou a percepção acurada do colega sobre os problemas da região Nordeste, em especial da Bahia.

Delcídio Amaral (PT-MS) assinalou que o tempo teria comprovado o acerto das políticas de Tourinho no Ministério de Minas e Energia, no governo Fernando Henrique Cardoso, e que, graças a elas, o Brasil corre hoje menos



Conhecimento técnico de Tourinho foi ressaltado pelos senadores em Plenário

riscos de sofrer um “apagão” energético. José Agripino (PFL-RN), referindo-se a Tourinho como político de “alto coturno”, assegurou que senadores do PT, PTB, PSDB e PSB reconheciam a competência do colega. Mão Santa (PMDB-PI), Magno Malta (PL-ES), Romeu Tuma (PFL-BA) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) também salientaram o equilíbrio de Tourinho nas mais diversas situações.

Maguito defende a fidelidade partidária e o fim da reeleição

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO), cujo mandato termina em janeiro de 2007, despediu-se ontem do Senado com um discurso no qual defendeu o fim do instituto da reeleição e a adoção do financiamento público de campanhas.

– É preciso instituir a fidelidade partidária, o financiamento público e facilitar a fiscalização da origem e aplicação de recursos de campanhas. É preciso acabar com a reeleição, que também dá margem à corrupção – avaliou.

Em aparte, Válder Pereira (PMDB-MS) classificou Maguito como um dos melhores políticos do país. Antero Paes de Barros (PSDB-MT) destacou a atuação do colega, e a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) disse que Goiás não pode prescindir de lideranças como Maguito Vilela.



Em apertes, Maguito Vilela recebe saudações de diversos parlamentares

José Sarney (PMDB-AP), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) também elogiaram o senador goiano. Maguito foi aparteado ainda por Eduardo Suplicy (PT-SP), Sibá Machado (PT-AC), Luiz Otávio (PMDB-PA), Aelton Freitas (PL-MG), Mão Santa (PMDB-PI) e Ney Suassuna (PMDB-PB).

Motta anuncia afastamento da vida pública e critica o governo Lula

Em discurso ontem no Plenário, João Batista Motta (PSDB-ES), ao despedir-se do Senado e comunicar seu afastamento da vida pública, disse que o primeiro mandato do presidente Lula foi, para ele, uma decepção.

O senador afirmou que sempre denunciou os erros cometidos pelo governo Lula, mesmo quando apoiava o presidente – erros que, segundo afirmou, vêm sendo cometidos até hoje.

Os parlamentares presentes, em apertes, despediram-se do colega e lamentaram sua decisão de afastar-se da política. Motta fez questão de que a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), a quem denominou “rosa da Casa”, fosse a última a fazer um aparte.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, pediu a Motta que continuasse a “servir ao país”. Despediram-se do senador, em apertes,



Parlamentares lamentam decisão de João Batista Motta de sair da política

Gerson Camata (PMDB-ES), Magno Malta (PL-ES), Heráclito Fortes (PFL-PI), Augusto Botelho (PT-RR), Aloizio Mercadante (PT-SP), Romeu Tuma (PFL-SP), Delcídio Amaral (PT-MS), César Borges (PFL-BA), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Mão Santa (PMDB-PI), Gilvam Borges (PMDB-AP) e Eduardo Suplicy (PT-SP).



Experiência de Mestrinho em questões relativas à Amazônia é citada em Plenário

Senadores destacam liderança e capacidade de articulação de Mestrinho

O presidente do Senado, Renan Calheiros, e o líder do PFL, José Agripino, (RN) homenagearam ontem o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), que encerra seu mandato. O líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), em pronunciamento na

tribuna, também fez elogios ao colega.

Renan recordou a trajetória de Mestrinho, que governou o estado do Amazonas por quatro vezes, e disse que o senador sempre foi um líder estratégico, dotado de grande poder argu-

mentativo.

– Muito do que fizemos foi consequência do que Mestrinho formulou, pensou, defendeu e pôs em prática. É esse o sentimento que temos no PMDB – afirmou Renan.

José Agripino concordou com

o presidente do Senado sobre a capacidade de articulação de Mestrinho e salientou sua competência política.

– O Senado perde uma de suas melhores referências para as questões de Amazônia – lamentou Agripino.

Jone Araújo



Aldo Rebelo (foto), segundo Renan, tem total solidariedade do Senado

Renan presta solidariedade a Aldo e cobra respeito nas manifestações

O presidente do Senado, Renan Calheiros, manifestou sua solidariedade ao presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, que foi agredido naquela Casa.

Os suspeitos da agressão são ex-vereadores que acompanhavam a sessão da Câmara na quarta-feira.

Renan reiterou que o Legislativo é uma Casa aberta, transparen-

te e democrática, mas ressaltou que manifestações têm de ser feitas com respeito às leis.

– Já demonstramos que qualquer manifestação tem de ser respeitada, mas na ordem da lei. Não podemos aceitar que se faça baderna, que se exponha a imagem da instituição. Aldo é um companheiro e tem a total solidariedade do Senado para que isso

não volte a acontecer – disse.

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou que Renan Calheiros fez bem em ser solidário ao presidente da Câmara em relação a qualquer agressão, principalmente porque houve especulação na imprensa sobre uma possível discórdia entre os dois. Antonio Carlos destacou a necessidade de harmonia entre

as duas casas.

– Em nenhum momento permiti que houvesse dúvida com relação à harmonia e à lealdade pessoal que eu tenho ao deputado Aldo Rebelo e não permitiria jamais que isso acontecesse nem com ele nem com qualquer outro amigo em qualquer outra circunstância – reafirmou o presidente do Senado.

Aelton se despede do Senado para assumir vaga na Câmara

Aelton Freitas (PL-MG) fez ontem seu discurso de despedida do Senado. Ele assume em fevereiro uma vaga na Câmara dos Deputados.

Aelton lembrou que assumiu o mandato ao substituir o vice-presidente da República, José Alencar (PRB-MG), em dezembro de 2002, e que foi empossado pelo então presidente do Senado, Ramez Tebet (PMDB-MS), que faleceu em novembro. O senador elogiou a ambos, agradecendo a Alencar pelo apoio na campanha eleitoral deste ano e afirmando que Tebet deixou um “legado de honradez e sabedoria”.

Ao destacar que integrou o bloco de apoio ao governo, ele declarou ter participado da apresentação de 22 projetos de lei no Senado e atuado em várias das comissões permanentes da Casa.

Aelton agradeceu ainda aos outros senadores pela elevação, no ano passado, da Faculdade de Medicina do Triângulo Mi-



Aelton agradece a José Alencar, de quem era suplente, pelo apoio na campanha

neiro à categoria de universidade federal.

Ele foi homenageado em Plenário pelos senadores Augusto Botelho (PT-RR), Delcídio Amaral (PT-MS), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Magno Malta (PL-ES), Mão Santa (PMDB-PI), Marco Maciel (PFL-PE), Rodolpho Tourinho (PFL-BA), Romero Jucá (PMDB-RR), Romeu Tuma (PFL-SP) e Wellington Salgado (PMDB-MG).

Alvaro propõe debate sobre reforma do Poder Legislativo

“Antes de discutir quanto devemos receber, devemos discutir quantos devemos ser”, diz o senador ao propor revisão do conceito de representação parlamentar

Ao cumprimentar o presidente da Casa, Renan Calheiros, pelo esforço empenhado nesta legislatura e pelos bons resultados obtidos, Alvaro Dias (PSDB-PR) chamou a atenção para a necessidade de se realizar uma reforma do Poder Legislativo.

Para ele, é necessário rever o conceito da representação parlamentar, que estaria distorcido. “Antes de discutir quanto devemos receber, devemos discutir quantos devemos ser”, afirmou, em pronunciamento.

O senador também ressaltou que, apesar de a imunidade parlamentar ter sido limitada em sua essência, ainda há privilégios que precisam ser revistos.

Alvaro destacou o trabalho das comissões parlamentares de inquérito que funcionaram nos dois últimos anos, afirmando que elas foram fundamentais para o país, pois contribuíram com o



Para Alvaro, há privilégios que precisam ser revistos

processo de responsabilização civil e criminal de pessoas que agiam à margem da lei.

Ele observou ainda que o jornalismo se valorizou e aproximou os parlamentares da população, além de ter distinguido uns dos outros “num momento de tragédia ética”.

– Vamos construir uma instituição mais séria, em parceria com a imprensa do país – conclamou.

O senador apontou a TV Senado como instrumento fundamental, que permite ao Parlamento “oferecer respostas mais eficientes às aspirações da sociedade brasileira”, especialmente diante da ampliação das transmissões por canal aberto.

Alvaro elogiou Renan Calheiros pela habilidade na administração de conflitos, fazendo frente à “generalização que desestimula os que agem com competência”.

O presidente do Senado agradeceu as “generosas palavras”.

– Vossa excelência tem absoluta razão. Se já ousamos, precisamos ousar muito mais – declarou Renan Calheiros.

Plenário aplaude presença do novo senador pelo Pará, Mário Couto

O presidente do Senado, Renan Calheiros, deu as boas-vindas ao senador eleito pelo estado do Pará, Mário Couto, do PSDB, que estava presente à sessão de ontem. Na ocasião, Luiz Otávio (PMDB-PA) afirmou que o novo senador dispõe de qualidades pessoais e história política que lhe garantirão êxito na sua meritória missão de defender, no Senado, os interesses de seu estado.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) enalteceu a forma com que Luiz Otávio se referiu ao novo senador e fez questão de dizer que o povo do Pará ficará eternamente grato a Luiz Otávio pelo relevante trabalho que realizou, na presidência da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a favor do Brasil como um todo e do Pará, em particular.



Mário Couto foi saudado com as boas-vindas dadas pelo presidente do Senado

Segundo Flexa Ribeiro, a governadora eleita do Pará, senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), contará com novos financiamentos aprovados no Senado, o último da ordem de US\$ 600 milhões, em função do trabalho específico realizado na CAE pelo senador Luiz Otávio.

Cristovam teme Executivo forte e Congresso fraco

Cristovam Buarque (PDT-DF) disse temer que no próximo ano o país continue a assistir a um Executivo cada vez mais forte e menos coordenado, um Congresso fraco e submisso e um Judiciário ziguezagueando em suas decisões.

Ele opinou que “a concretização dessas previsões não implicará a volta do regime ditatorial no Brasil, mas uma desinstitucionalização de um processo dito democrático”.

– Tem direito de fazê-lo quem especula que talvez a única lógica da tentativa de dobrar o salário dos parlamentares, na mesma semana em que se deu um aumento de apenas poucos reais para o salário mínimo, tenha sido a de desmo-

ralizar o Congresso. Talvez uma lógica não explícita nos que tomaram a decisão, mas uma lógica subterrânea de enfraquecer ainda mais o Legislativo para fortalecer o Executivo – afirmou.

Na avaliação do senador, o Brasil está precisando de uma “tempestade de purificação” que atinja a classe política, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

– Estamos sendo vistos pela opinião pública como um grupo que precisa ser purificado da corrupção, do corporativismo que faz com que trabalhem pensando em grupos e não no país, e do imediatismo que nos impede de trabalhar pensando em médio e longo prazo. Precisamos de uma

renovação na maneira de pensar do nosso Congresso.

Ele pediu que o Supremo Tribunal Federal (STF) não surpreenda a população com decisões que mudam periodicamente. Também desejou que a mais alta corte do Judiciário “deixe de parecer sindicato e não transpareça mais para o país que está disputando salários”.

Em aparte, Mão Santa (PMDB-PI) opinou que “a disparidade entre os vencimentos do Legislativo e do Judiciário começou quando o presidente da Câmara era o enfraquecido Severino Cavalcanti”, que permitiu a aprovação de projeto elevando os vencimentos dos ministros do STF.

Aprovado ontem pela CMO, relatório final de Raupp assegura mínimo de R\$ 380 e correção de 4,5% da tabela do Imposto de Renda

Congresso deve votar hoje Orçamento de 2007

O Plenário do Congresso deve votar hoje, a partir das 9h, o relatório final do projeto do Orçamento da União para 2007, segundo acordo firmado entre os partidos. O relatório final do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) foi aprovado ontem, às 22h40, pela Comissão Mista de Orçamento (CMO).

– Estamos conseguindo cumprir integralmente o cronograma traçado – comemorou Raupp, já contando com a aprovação em Plenário.

O relatório de Raupp, acolhido na CMO, confirmou a inclusão de um salário mínimo de R\$ 380 a partir de abril do próximo ano e uma correção de 4,5% da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) em janeiro.

Os valores finais definidos para o salário mínimo e a correção da tabela do IRPF produziram impacto adicional de R\$ 1,11 bilhão nos gastos orçamentários para 2007. As mudanças resultaram de acordo, depois de reunião de Raupp com os ministros da Previdência, Nelson Machado, e do Trabalho, Luiz Marinho. Para o salário mínimo, o relator havia previsto antes R\$ 375. A correção da tabela do IRPF seria de apenas 3%.

O relator também incluiu adendo ao texto com a indicação de um receita extra global de R\$

Os grandes números para 2007

Em R\$ bilhões

Receita total da União (inclusive INSS)	616,10
Gasto com pessoal e encargos sociais	120,10
Benefícios da Previdência (INSS)	181,35
Transferências constitucionais a estados e municípios	114,00
Superávit primário (pgtº juros)	55,32
Saúde	40,61
Educação	11,68
Abono e seguro-desemprego	15,60
Loas (repassa a idosos e deficientes)	11,64
Bolsa Família	8,60
Manutenção de rodovias federais	2,18
Segurança de voo	0,55

1,98 bilhão, proveniente de reestimativa das arrecadações do IRPF na fonte (R\$ 900 milhões) e do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (R\$ 1,08 bilhão). Com isso, foi coberta a previsão de despesa com o salário mínimo e a tabela do IRPF. Uma parcela de R\$ 870 milhões foi adicionada às reservas para os repasses obrigatórios aos fundos de participação de estados e municípios.

– A consultoria encontrou essa saída em poucas horas. Isso só foi possível porque a fonte dos recursos não havia sido revisada nem pelo Executivo nem pelo Congresso – afirmou.

O adicional do IRPF, como informa o adendo, resulta do crescimento da folha de pagamento do funcionalismo, ampliada de 13,67% para 14,42% na revisão

dos parâmetros do Orçamento em outubro último, sem que se fizesse na época nova projeção da arrecadação que esse fato causaria. Raupp também acatou indicação das consultorias de Orçamento do Senado e da Câmara para incluir uma previsão de arrecadação extra do IR das empresas, baseada no fato de que, nos dois últimos anos, a arrecadação efetiva tem sido maior do que a projetada.

Arrecadação

Com essa nova reestimativa, o Congresso deve fechar o Orçamento com uma arrecadação primária bruta de R\$ 616,1 bilhões em 2007. A receita primária líquida (livre de transferências aos estados e municípios) chega a R\$ 512,5 bilhões, quase R\$ 11 bilhões acima da previsão inicialmente feita pelo Executivo.



Antonio Carlos: "Governo petista parece querer desconstruir as obras de JK"

O que Lula pretende?, questiona ACM

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) perguntou ontem, em Plenário, o que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva pretende fazer em 2007. Até o momento, afirmou, as medidas econômicas que poderão ser tomadas pelo governo em sua nova gestão são anunciadas em linhas gerais. Na opinião do senador, o presidente Lula já teve tempo suficiente para tomar conhecimento dos problemas brasileiros e saber o que precisa ser feito.

Antonio Carlos questionou quais propostas a nova gestão de Lula pretende apresentar, especialmente em relação ao crescimento econômico do Brasil, que, segundo a Confederação Nacional da Indústria, observou o parlamentar, não será superior a 3,4% caso nada seja feito.

Ele também perguntou como o governo pretende equacionar outros problemas, como o déficit da Previdência, sem afetar os aposentados e pensionistas, e o desemprego, principalmente entre os jovens – já que, para Antonio Carlos Magalhães, “o programa Primeiro Emprego foi um fracasso”.

Conforme o senador baiano, é indevida a comparação que o presidente Lula faz entre seu governo e o do presidente Juscelino Kubitschek. Antonio Carlos observou que a única semelhança entre os dois governantes é o fato de que ambos geraram muitas expectativas na população brasileira.

– JK prometeu e fez o país avançar 50 anos durante os cinco de seu mandato. O governo petista parece querer desconstruir as obras de JK – assinalou.

Antonio Carlos disse esperar que o balanço que o presidente da República deve fazer no final do próximo ano não seja tão “melancólico” e aconselhou Lula a aumentar o nível de moralidade da administração.

Saúde ganha R\$ 3,3 bilhões extras para pagamentos do SUS

No relatório final ao projeto orçamentário da União para 2007 foram feitas alterações na Comissão Mista de Orçamento (CMO) que envolvem fontes globais de despesas da ordem de R\$ 15,5 bilhões. Preparado pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO), o texto aprovado ontem pela comissão contempla a área de Saúde com R\$ 3,3 bilhões. Foi a maior parcela de todos os novos gastos, atendidos por meio de quase R\$ 12 bilhões brutos de reestimativa de receitas e remanejamentos de dotações.

Com esse montante, a área de Saúde ficou com quase R\$ 1 bilhão a mais na comparação com a segunda colocada, a de Desenvolvimento Urbano, beneficiada com R\$ 2,2 bilhões. O reforço na saúde derivou de emendas parlamentares, além de um acréscimo de R\$ 1,08 bilhão feito por Raupp na fase da relatoria final, uma concessão à Frente Parlamentar



Raupp (E) e Gilmar Machado finalizam votação do Orçamento na CMO

da Saúde.

Um dos mais atuantes grupos no Congresso, a frente da saúde pressionou até o último momento pela bolada extra de R\$ 1,08 bilhão, quando Raupp acenava com apenas R\$ 500 milhões. Os recursos serão destinados à ampliação dos pagamentos do Sistema Único de Saúde (SUS) aos hospitais conveniados, para atendimentos de alta e média complexidade.

O relatório também incluiu,

na área de Fazenda e Desenvolvimento, dotação extra de R\$ 1,3 bilhão para compensações aos estados exportadores que perdem receitas de ICMS por conta da Lei Kandir. Na proposta do Executivo, foram previstos somente R\$ 3,9 bilhões para a despesa, o que motivou pressão dos governadores.

Por fim, houve acordo para elevar os recursos da Lei Kandir ao mesmo valor deste ano, R\$ 5,2 bilhões. Do acréscimo, R\$

400 milhões já estão no projeto, enquanto outros R\$ 900 milhões serão repassados por meio de suplementações ao longo de 2007, se confirmados novos aumentos de arrecadação.

A correção do salário mínimo, de R\$ 375 para R\$ 380, a partir de abril do próximo ano, obrigou o relator a fazer uma provisão adicional de R\$ 900 milhões para cobrir o impacto desse aumento nas contas da Previdência Social.

Emendas

As emendas de bancadas estaduais absorveram R\$ 8,4 bilhões das despesas indicadas pelo Congresso. No caso das emendas individuais, cada deputado e senador pôde dispor de valor global de R\$ 6 milhões para indicar projetos, o que resultou em despesas globais de R\$ 3,5 bilhões. As emendas de comissões absorveram outros R\$ 2,8 bilhões, enquanto as emendas regionais totalizaram mais R\$ 124 milhões.

Mercadante defende redução de juros e aumento de investimentos

Aloizio Mercadante (PT-SP) defendeu ontem o aumento da taxa de investimentos e a redução dos juros como forma de possibilitar o crescimento do produto interno bruto (PIB) em 5% ao ano, a partir de 2007.

– A taxa de juro real é muito alta quando a gente analisa o risco do país e a inflação. Temos que mudar a política monetária. Ela é insuficiente para promover o crescimento de 5%, mas ao mesmo tempo é essencial. Também não há como crescer 5% com a taxa de investimentos na economia abaixo de 20% do PIB. Nesses 20%, o Estado entra com 2,4% do PIB e o setor privado, com 17% ou 18%. Só cresceremos se tivermos investimentos da ordem de 25% do PIB, ou R\$ 100 bilhões de reais a mais em investimentos.

Nos últimos quatro anos, na avaliação de Mercadante, o governo Lula recuperou o poder de compra da população, dobrou as exportações do país e superou um quadro de vulnerabilidade externa. O senador destacou que a estabilidade econômica contribuiu para a redução dos custos da cesta básica, mas disse que o governo precisa reforçar alguns programas de distribuição de renda.

– O Bolsa Família atende hoje

11 milhões e 100 mil famílias. Precisamos fortalecê-lo e, ao mesmo tempo, criar a porta de saída do programa, que será o crescimento econômico. O salário mínimo, reajustado para R\$ 380, é o melhor dos últimos anos.

O senador disse que o atual governo reduziu a pobreza em 19% nos últimos três anos, mas que são necessários ainda investimentos para o aumento da oferta de energia e de gás.

– É preciso modernizar a legislação e estimular a produção de gás, promover o acesso a gasodutos e ampliar a capacidade de fornecimento de energia hidroeétrica. O biodiesel é fundamental para a matriz energética do país. O Brasil tem 60 mil quilômetros de estradas e a União não tem condição de mantê-las. É preciso ter parcerias.

Mercadante também ressaltou que o Brasil precisa fortalecer o ensino básico, estimular o reconhecimento de patentes e dar um “salto de qualidade” em educação e ciência e tecnologia, com a implementação de banda larga da internet nas escolas públicas.

Em apartes, Roberto Saturnino (PT-RJ), Alberto Silva (PMDB-PI) e Eduardo Suplicy (PT-SP) apoiaram o pronunciamento.

Válter Pereira diz que ministério impede assentamento em MS

Válter Pereira (PMDB-MS) criticou decisão do Ministério do Desenvolvimento Agrário de impedir o assentamento de 1.500 famílias de trabalhadores sem-terra no extremo sul de Mato Grosso do Sul e pediu ao presidente do Senado, Renan Calheiros, que intervenha na questão. Os sem-terra, segundo informou ontem o senador, estão ocupando a BR-163 e demais estradas vicinais da região em protesto contra a medida.

O assentamento, segundo Válter Pereira, já havia sido negociado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que adotou todas as normas administrativas necessárias junto aos proprietários da região. As famílias, contou o senador, seriam assentadas na Fazenda Santo Antonio, perto de Itaquiraí.

Faltava somente o consentimento do Gabinete de Segurança Institucional, mas o Ministério do Desenvolvimento Agrário não encaminhou o pedido necessário, questionou todo o procedimento do Incra e decidiu “começar



“Os burocratas colocaram uma trave no processo”, lamenta Válter Pereira

tudo da estaca zero”, disse Válter Pereira.

– Os burocratas do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que deveriam estar incumbidos de destravar o processo, colocaram uma trave. Em vez de mandar o pedido para o Gabinete de Segurança Institucional, não o fizeram – frisou o parlamentar.

A alegação do ministério, contou o senador, é a de que os títulos expedidos pelo estado nos anos 50 não teriam validade. “Os burocratas” da pasta, afirmou, reportaram-se às constituições de 37 e de 46.

Avança processo de elaboração de política energética nacional para o gás natural, que tem o objetivo de incrementar sua utilização em bases econômicas



Na reunião da comissão, Aloizio Mercadante, Rodolpho Tourinho (autor do projeto) e Delcídio Amaral

Comissão de Infra-Estrutura conclui votação da Lei do Gás

Em reunião extraordinária realizada ontem, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou, por unanimidade e em turno suplementar, substitutivo de Sérgio Guerra (PSDB-CE) a projeto de Rodolpho Tourinho (PFL-BA) que estabelece um marco regulatório para o mercado de gás natural no Brasil, a exemplo do que já existe nas áreas de energia elétrica, água e petróleo, entre outras. O projeto (PLS 226/05), já batizado de Lei do Gás, recebeu decisão terminativa.

Na prática, a política energética nacional para o gás natural é um conjunto de medidas que tem por meta incrementar a sua utilização em bases econômicas, mediante a expansão da produção

e da infra-estrutura de transporte e armazenagem já existentes, além de garantir uma adequada proteção aos usuários e ao meio ambiente. A proposta tem por objetivo ainda a promoção de um mercado competitivo para o gás natural, sem qualquer tipo de discriminação entre as empresas que nele atuam.

Novidades

Atendendo a uma solicitação do ministro Silas Rondeau, de Minas e Energia, Sérgio Guerra apresentou emenda, acolhida pela comissão, determinando que em caso de crise na produção de energia elétrica no país, as usinas termoeletricas passem a ter prioridade no recebimento do gás natural.

A emenda tem endereço certo: combater futuros apagões elétricos. O presidente em exercício da CI, senador Alberto Silva (PMDB-PI), observou que a aprovação da Lei do Gás representa “uma solução para que o país não passe por futuros apagões”.

Foi aprovada ainda outra emenda, de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que abre a possibilidade para que o carregador contrate o serviço de transporte junto ao distribuidor ou produtor de gás natural, para comercializar o produto com o distribuidor de gás canalizado ou usuário final, em áreas onde não existam redes de gás canalizado, sem prejuízo das concessões estaduais existentes.

Lobão comemora autorização para obras da usina de Estreito

O senador Edison Lobão (PFL-MA) comemorou a autorização para o início das obras da hidrelétrica de Estreito, no rio Tocantins, entre os estados do Maranhão e Tocantins. Reivindicada por Lobão há mais de 15 anos, a usina terá condições de gerar 1.087 megawatts de energia e, conforme acrescentou o senador, operar uma revolução econômica na região. As obras devem ser iniciadas em fevereiro.

Embora essa usina não en-

contre mais obstáculos de fundo ambiental para sua construção, o pefelista afirmou serem comuns entraves burocráticos nessa área, o que acabaria atrapalhando o desenvolvimento do país.

– É preciso deixar claro que ninguém de bom senso é contra a proteção ambiental. Reclamamos, apenas, dos critérios exigidos para essas licenças e da longevidade para sua liberação.

Lobão lembrou que estão suspensas as obras da hidrelétrica de



Obras de hidrelétrica devem ser iniciadas em fevereiro, segundo Lobão

Serra Quebrada, também no rio Tocantins. Segundo o senador, a obra seria erguida a apenas 15 quilômetros de Imperatriz (MA), o que reduziria seu custo.

Após manifestação de Cristovam Buarque, presidente Lula se compromete com Renan Calheiros a manter acordo feito no Senado para evitar disputa por verbas

Medida provisória vai garantir recursos para cultura e esporte

O acordo feito no Senado entre as classes artística e esportiva em defesa de recursos para as respectivas áreas, apesar de rejeitado em votação na Câmara, será garantido por meio de medida provisória. A promessa foi feita pelo próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao presidente do Senado, Renan Calheiros, por telefone, após manifestação do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), em Plenário, ontem.

Cristovam explicou que, com a rejeição da emenda do Senado pela Câmara, a partir de 2007 os recursos da Lei Rouanet (Lei 8.313/91), até então reservados integralmente para a cultura, serão divididos, com uma parte considerável passando a ser destinada ao esporte. Por isso, o senador pediu a intervenção do presidente da República no sentido de editar uma medida provisória na forma do acordo que foi rejeitado.

– É preciso que interfiram no que talvez se torne uma tragédia para a cultura brasileira – disse Cristovam.

Renan Calheiros, em contato com o presidente, obteve resposta positiva na mesma hora e foi respaldado, posteriormente, pela líder do PT, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), e pelo líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR). O projeto deve ser sancionado ainda este ano para garantir a aplicação de recursos em 2007, mas, concomitantemente, deve



Um dos autores da emenda derrubada na Câmara, Cristovam alerta para “tragédia”

ser editada a MP com o texto da emenda rejeitada.

Acordo

O acordo foi concretizado no início de dezembro por meio de emenda de redação ao PLC 118/06, aprovada no Senado depois de uma intensa negociação com representantes dos dois segmentos – como a atriz Fernanda Montenegro e a atleta Hortência –, o que evitou que as duas classes passassem a disputar recursos.

A matéria, aprovada no dia 28 de novembro na Câmara, permite um abatimento de até 4% do Imposto de Renda devido das empresas e 6% do das pessoas físicas que fizerem doações a projetos desportivos. Mas, segundo a classe artística, a proposta compete com a Lei Rouanet, que destina o mesmo percentual de deduções para investimentos feitos em projetos culturais. Com a emenda aprovada no Senado, os abatimentos continuariam

nos mesmos percentuais, mas as fontes de recursos para beneficiar a área esportiva deixariam de ser as previstas na Lei Rouanet. Assim, para essa área, passariam a ser usados incentivos fiscais voltados para programas de alimentação do trabalhador e renovação tecnológica, previstos em outras leis (Leis 6.321/76 e 8.661/93).

“Traição”

Vários senadores apoiaram a manifestação de Cristovam, que é autor da emenda juntamente com o senador Wellington Salgado (PMDB-MG). Este último lamentou que a Câmara não tenha entendido o sentido do projeto – que, como disse, não retira dinheiro do trabalhador, mas, sim, obtém fundos a partir da isenção de impostos de empresas que adotem programas de alimentação dos trabalhadores, como os tíquetes-alimentação. Wellington disse lamentar que o Congresso, “tão abalado com escândalos sucessivos, seja incapaz de manter um acordo feito cara a cara”.

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou que a rejeição foi uma “traição aos propósitos que animaram vários senadores da Casa para balancear os recursos entre o esporte e a cultura”. Já Magno Malta (PL-ES) e Romeu Tuma (PFL-SP) manifestaram alívio diante da possibilidade de a questão ser resolvida pela Presidência da República.

Mozarildo registra aniversário do Corpo de Bombeiros de Roraima

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) registrou ontem em Plenário o aniversário de 31 anos do Corpo de Bombeiros de Roraima. Embora tenha apresentado emenda ao Orçamento da União destinada à construção do quartel da corporação, o parlamentar lamentou que os bombeiros roraimenses ainda tenham de aguardar um pouco mais pela sua conclusão.

Mozarildo informou que o início da construção do quartel só foi possível com a alocação

de R\$ 4 milhões no orçamento do estado. Os recursos orçamentários federais, segundo ele, nunca foram liberados.

– Espero que o presidente Lula, em seu novo governo, tenha a preocupação de apoiar o Corpo de Bombeiros de Roraima – disse.

De acordo com o senador, a corporação foi fundada em 1975 e emancipada em 2001, quando conquistou autonomia administrativa e financeira. Mozarildo também pediu a transcrição do



Mozarildo: recursos do Orçamento federal para quartel nunca foram liberados

artigo “Corpo de Bombeiros celebra emancipação e anuncia convocação de concursados”, publicado pelo jornal *Folha de Boa Vista*.

Marco Maciel pede reflexão sobre a pobreza e os direitos humanos

Em discurso no qual alertou para as conseqüências das desigualdades sociais, Marco Maciel (PFL-PE) sugeriu maior reflexão sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos, cuja data comemorativa é 10 de dezembro. A declaração foi lavrada pela Organização das Nações Unidas (ONU) três anos após o fim da 2ª Guerra Mundial.

O senador ressaltou principalmente a importância da erradicação da pobreza no mundo por meio de estratégias internacionais permanentes de colaboração e cooperação entre as nações. Ele salientou a importância de as nações mais ricas ajudarem a África, continente que mais sofre com a fome no mundo,



Maciel salienta importância de as nações mais ricas ajudarem o continente africano

observando que o Brasil também tem compromissos com aquelas nações, “que concorreram muito para nossa formação étnica”.

Em outra parte do discurso, Maciel saudou o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), que vai deixar o Senado.

Malta quer tornar usuários de drogas passíveis de punição

Magno Malta (PL-ES) anunciou ontem que, no próximo ano, apresentará um projeto de lei para tornar os usuários de drogas imputáveis, ou seja, passíveis de punição. Malta observou que são os usuários que financiam o crime organizado, o tráfico de drogas, o contrabando de armas e, em última análise, o aumento da violência.

O senador também manifestou-se favoravelmente à redução da maioridade penal e citou estatística em que, de cada dez crimes, seis têm menores envolvidos.

Para Magno Malta, nada vai



Usuários financiam o crime organizado e o tráfico de drogas, avalia Magno Malta

mudar se não for implementado o orçamento impositivo, em que não pode haver contingenciamento de recursos para áreas sensíveis como a segurança pública.

Mão Santa critica taxas elevadas de analfabetismo e desemprego

Mão Santa (PMDB-PI) criticou ontem, em Plenário, as elevadas taxas de analfabetismo e de desemprego verificadas no Brasil em 2005. Citando matéria publicada pelo jornal *O Globo*, baseada em pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o senador considerou inaceitável o país ainda apresentar 11% de sua população com 15 anos ou mais em situação de analfabetismo. Ele manifestou sua indignação com o fato de as maiores taxas de analfabetismo no Brasil ocorrerem em seu estado e em Alagoas.

– Lamento que esteja o Piauí na lanterna; Alagoas e Piauí. A verdade é que Alagoas, do pre-



Maiores taxas de analfabetismo no Piauí e Alagoas indignam Mão Santa

sidente da Casa, senador Renan Calheiros, que tanta contribuição tem dado ao presidente Lula, é o estado com maior percentual: 39,3% de analfabetos. Que vergonha para o governo do PT!